RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.
Ano V, v.1 2025. | submissão: 29/08/2025 | aceito: 31/08/2025 | publicação: 02/09/2025

FAMÍLIA E ESCOLA: OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO NAS RELAÇÕES DO COTIDIANO

FAMILY AND SCHOOL: CHALLENGES IN COMMUNICATION WITHIN EVERYDAY INTERACTIONS

Vanderlei Verdolin

RESUMO: Este artigo aborda a comunicação entre família e escola no contexto da educação fundamental e média brasileira, destacando os desafios e as possibilidades dessa interação para o desenvolvimento integral dos estudantes. O problema investigado refere-se às dificuldades recorrentes na efetivação do diálogo entre esses dois ambientes, considerando aspectos como falhas na comunicação, desalinhamento de expectativas, barreiras culturais e limitações tecnológicas. O objetivo principal foi analisar os processos e modelos de comunicação que sustentam essa relação, identificando obstáculos e propondo estratégias para a melhoria da parceria. A metodologia adotada inclui pesquisa bibliográfica e análise crítica de estudos recentes, além da consideração de pesquisas empíricas relacionadas à participação familiar e à gestão democrática nas escolas. Os resultados preliminares indicam que a comunicação entre família e escola enfrenta entraves que comprometem a participação efetiva dos pais no cotidiano escolar, o que pode impactar negativamente o desempenho e a permanência dos estudantes. A pesquisa aponta que a escuta ativa, o respeito às diversidades culturais e o uso apropriado de tecnologias digitais podem favorecer interações mais claras e colaborativas, contribuindo para o fortalecimento dessa parceria. A partir desses elementos, o estudo sugere a necessidade de repensar práticas institucionais e políticas públicas que incentivem uma comunicação mais integrada e contínua entre família e escola, considerando as transformações sociais contemporâneas.

Palavras-chave: Comunicação Escolar. Família. Participação Familiar. Educação Básica.

ABSTRACT: This article addresses communication between family and school within the context of Brazilian elementary and secondary education, highlighting the challenges and possibilities of this interaction for the comprehensive development of students. The investigated problem concerns recurring difficulties in establishing effective dialogue between these two environments, considering aspects such as communication failures, misaligned expectations, cultural barriers, and technological limitations. The main objective was to analyze the communication processes and models that support this relationship, identifying obstacles and proposing strategies to improve the partnership. The methodology includes bibliographic research and critical analysis of recent studies, as well as consideration of empirical research related to family involvement and democratic management in schools. Preliminary results indicate that communication between family and school faces barriers that hinder effective parental participation in the school routine, which may negatively affect students' performance and retention. The research suggests that active listening,

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

respect for cultural diversity, and appropriate use of digital technologies can promote clearer and more collaborative interactions, contributing to the strengthening of this partnership. Based on these elements, the study highlights the need to rethink institutional practices and public policies that encourage more integrated and continuous communication between family and school, taking into account contemporary social transformations.

Keywords: School Communication. Family. Family Involvement. Basic Education.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a relação entre família e escola no contexto da educação fundamental e média brasileira, com ênfase nos mecanismos de comunicação que sustentam ou dificultam essa interação. A investigação parte do entendimento de que o envolvimento familiar no processo educacional é reconhecido como um fator associado ao desempenho e à permanência escolar, mas cuja efetivação enfrenta barreiras estruturais, culturais e institucionais. A pesquisa busca compreender como se estabelecem os fluxos de diálogo entre esses dois segmentos e de que maneira eles influenciam o desenvolvimento dos estudantes, considerando as particularidades do cenário educacional brasileiro.

O objetivo é examinar as formas e a efetividade da comunicação entre famílias e instituições escolares, identificando aspectos que contribuem ou limitam essa parceria. A análise considera dados empíricos e referenciais teóricos, permitindo avaliar como expectativas, percepções e práticas de ambas as partes impactam a cooperação.

Ao situar o estudo no contexto de mudanças sociais e avanços tecnológicos, pretende-se também observar como novas formas de interação, mediadas por ferramentas digitais, têm alterado a dinâmica tradicional da relação família-escola.

A relevância desta investigação reside na possibilidade de oferecer contribuições para a formulação de estratégias que fortaleçam a parceria entre esses atores e ampliem a participação familiar na vida escolar. Ao reunir fatos e interpretações fundamentadas, o estudo pretende contribuir para o aprimoramento de políticas e práticas institucionais, apoiando a construção de um ambiente escolar mais participativo e integrado, no qual a comunicação efetiva se constitua como elemento fundamental para o êxito educacional.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Histórico e fundamentos da constituição familiar

O conceito histórico sobre família analisado tem como referência as transformações ocorridas nas sociedades europeias entre os séculos XV e XVII, período em que essa instituição social passou por alterações em sua organização, conforme discutido na obra de Ariès (1981) em “História social da criança e da família”.

Segundo Salztrager (2018), essa construção conceitual da família emergiu a partir de um conjunto de práticas, ideias e fatores que gradualmente ganharam espaço no continente europeu durante o século XVII, embora seus sinais já fossem perceptíveis em séculos anteriores, porém de forma mais lenta. Foi nesse século que a noção de família começou a se manifestar de maneira mais intensa.

Conforme Ariès (1981), a vida privada do homem medieval no século XIV estava mais vinculada ao seu ofício do que propriamente à convivência familiar, indicando que a importância atribuída ao trabalho na iconografia medieval refletia o valor sentimental que as pessoas depositavam nele, como se a vida privada estivesse essencialmente relacionada ao desempenho profissional. Dessa forma, o sentimento de família, tal como compreendido atualmente, não se configurava na Idade Média, pois as relações dessa época estavam fundamentadas principalmente na linhagem, conceito ligado aos grupos familiares formados por descendentes de um mesmo ancestral, pautados na ideia de solidariedade entre esses membros (Ariès, 1981).

No contexto social brasileiro, os valores que moldaram a família tiveram origem nas tradições trazidas pelos colonizadores europeus, caracterizados por um modelo familiar marcado pelo patriarcalismo e pelo conservadorismo, em que o pai e a mãe estavam unidos sob a influência da Igreja Católica. Esse modelo cristão passou a servir como referência para a compreensão do conceito de família nas terras brasileiras (Rezende, 2016).

Teruya (2000) utiliza o termo "civilizadora" para descrever a família patriarcal presente no Brasil colonial, destacando que essa forma organizacional atribuía ao grupo uma ordem e uma solidariedade que impediam o caos social, sendo adotada como parâmetro para definir o que se entendia por família no contexto brasileiro. Assim, as outras formas de organização familiar existentes passaram a ser

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

consideradas, segundo a autora, como “apêndices” e complementos dessa estrutura patriarcal (Teruya, 2000, p. 2).

Para situar esse modelo familiar, Morcovo (2008) destaca os senhores de engenho que se estabeleceram na região Nordeste durante os séculos XVI e XVII, período em que a economia colonial brasileira era pautada no cultivo da cana-de-açúcar. Segundo a autora, esses senhores, figuras de destaque nesse momento histórico, gerenciavam suas famílias elitistas, em torno das quais se organizava um grupo subordinado ao seu comando.

É importante lembrar que, nos séculos XVI e XVII, a economia do Brasil colonial baseava-se principalmente nas plantações de cana-de-açúcar na região Nordeste. Nesse contexto, as relações de poder que orbitavam em torno do senhor de engenho tinham sua autoridade patriarcal sustentada pelo acúmulo de patrimônio rural, bem como pela formação de grupos ou alianças que incluíam parentes consanguíneos, pessoas unidas por interesses comuns ou ainda por meio do medo (Andrade; Santos, 2017).

Dentro desse contexto teórico, é possível considerar que a família não se configura como um fenômeno meramente natural, mas sim como uma instituição social que sofre variações ao longo da história, apresentando diferentes formas e finalidades mesmo em um mesmo período e espaço. A Constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 226, reconhece a família como base da sociedade e atribui proteção especial por parte do Estado, destacando ainda a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, cuja conversão em casamento deve ser facilitada pela legislação (Brasil, 1988 CF, art. 226 e § 3º, Online).

Atualmente, as organizações familiares apresentam-se de formas variadas. Entre elas, a família nuclear, caracterizada pela união de dois adultos e seus filhos (Velado, 2021). A família poligâmica, presente em algumas culturas onde um homem mantém relações conjugais simultâneas com várias mulheres (Gentil, 2024). Agregados monoparentais, formados por um adulto, geralmente mulher, responsável pelos filhos, situação que pode decorrer de separação, divórcio, viuvez ou maternidade solteira (Gouveia et al., 2022).

Família recomposta, constituída por um novo casamento em que os parceiros podem ter filhos de uniões anteriores ou em comum (Pinto; Reis, 2024). A coabitação, prática frequente entre jovens que optam por experimentar a vida em conjunto antes

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

do casamento, processo que pode evoluir para uma família nuclear (Maesima; Neumann; Wagner, 2024).

A união estável ou união livre, que se caracteriza por relações sem formalização religiosa ou civil, mesmo com a presença de filhos (Carvalho; Deus, 2024) e as famílias homoafetivas, formadas pela união de pessoas do mesmo sexo, com ou sem filhos (Cao; Conceição, 2025).

Além dessas, existe a família baseada no casamento "de participação", que rompe com os papéis sexuais tradicionais, promovendo a divisão das tarefas domésticas e externas entre marido e mulher, configuração que ganhou espaço com os movimentos feministas e nas sociedades modernas, embora as desigualdades persistam em termos de participação e remuneração entre gêneros, como informa Curty (2024).

Isto demonstra que, mesmo diante de crises e transformações, as famílias adotam a capacidade de adaptação e sobrevivência, mantendo-se presentes sob múltiplas formas ao longo do tempo. Dessa forma, a instituição familiar apresenta-se marcada pela diversidade de elementos que sofrem variações, os quais estão ligados a fatores sociais, culturais e econômicos. Como uma instituição dinâmica, a família passa por transformações sociais que provocam alterações ao longo desse processo de mudança. Tais modificações impactam o contexto social, econômico e cultural em geral, influenciando diretamente as responsabilidades exercidas pelos membros no âmbito parental.

2.2 Modelos e processos de comunicação no ambiente escolar

Nos tempos atuais, o conceito de educação frequentemente associa-se à inovação e à renovação, sobretudo diante dos desafios suscitados pela pandemia. Essa situação demonstrou a desigualdade no acesso ao ensino remoto, afetando principalmente os estudantes em condições mais vulneráveis e com recursos limitados. A ampliação do acesso às tecnologias digitais para todos os estudantes tem sido colocada como prioridade por governos que consideram a educação como investimento estratégico para o país (Machado; Santos, 2024).

Charlot (2023), em seu texto "O ser humano é uma aventura", propõe uma reflexão que ultrapassa o confronto entre o "novo" e o "tradicional" na pedagogia, convidando a repensar formas educativas capazes de responder às demandas do

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

século atual. Diante das transformações globais, como as mudanças climáticas e os avanços tecnológicos, torna-se necessário pensar em uma "educação contemporânea" que prepare as futuras gerações para esses desafios.

Ao longo do século XX, o Brasil e outros países vivenciaram alterações no campo educacional, passando pela escola nova das décadas de 1960 e 1970, orientada para o desenvolvimento nacional, e pela escola dos anos 1980, influenciada pela globalização, pelo neoliberalismo e por uma lógica que buscava qualidade, eficácia e diversificação, em meio à competição dos mercados internos e externos (Charlot, 2007).

Nesse cenário, o foco não estava apenas em desenvolver novas competências técnicas, mas também em elevar o nível de escolaridade básica da população, ampliando a obrigatoriedade da educação até, pelo menos, o término do Ensino Médio. Atualmente, a maior parte dos governos direciona os jovens para universidades ou institutos técnicos, por meio de políticas públicas educacionais, visando atender às demandas do mercado de trabalho e de organismos internacionais. No entanto, a discussão sobre a escola ideal no século XXI, num mundo marcado pela dependência das tecnologias, destaca que a facilidade de acesso à informação e o domínio de ferramentas digitais não correspondem necessariamente a um aumento no nível educacional ou no saber (Tessari; Fernandes; Campos, 2021).

A educação configura-se como um processo social por meio do qual o ser humano passa a reconhecer, buscar, instituir e ordenar valores, com o intuito de aprimorar sua condição como integrante da sociedade. Quando compreendida como um processo de desenvolvimento e humanização do indivíduo, que integra tanto inovações tecnológicas quanto conhecimentos tradicionais, a educação mantém sua importância fundamental, além de assumir caráter inclusivo e universal (Dias, 2023).

Desde a década de 1990, o modelo de gestão adotado pelas escolas passou a exigir a participação dos envolvidos nos processos decisórios. Paro (2010) destaca que, a partir desse período, houve uma tentativa de implementar a gestão democrática nas escolas públicas, que vai além da simples eleição de diretores, incluindo a efetiva participação de toda a comunidade escolar nas decisões. Em âmbito nacional, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determina em seu artigo 14 que a educação básica deve observar princípios como a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, bem como

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

a participação das comunidades escolar e local em conselhos ou instâncias equivalentes (Brasil, 1996 Online). Para que essa participação aconteça, é imprescindível a existência de comunicação.

Souza (2018) enfatiza que a comunicação é um elemento essencial nas relações sociais, que se torna cada vez mais relevante nas organizações que buscam, por meio do diálogo com seus públicos internos e externos, alcançar seus objetivos. Considerando a escola como uma organização, seu público interno compreende estudantes, professores, pais e funcionários, enquanto o público externo abrange a comunidade local, cujo interesse principal é a aprendizagem dos alunos. A comunicação organizacional tem, então, o propósito de fomentar a participação por meio da interação social e do compartilhamento de significados, facilitando a construção coletiva de ações que estejam alinhadas aos objetivos da instituição educacional.

A comunicação exerce influência sobre o comportamento dos professores, podendo afetá-los tanto de forma positiva quanto negativa, funcionando ora como fonte de motivação e reconhecimento, ora como causa de desmotivação, desinteresse e redução do engajamento. Para que esse processo ocorra de maneira eficaz, é necessário que os profissionais estejam motivados e satisfeitos com o ambiente de trabalho, além de se sentirem acolhidos e seguros para participar das decisões e expressar suas ideias e opiniões. Indivíduos que percebem acolhimento por parte da instituição tendem a se engajar mais nas atividades propostas, mantendo uma comunicação transparente e aberta, o que favorece um ambiente colaborativo, com boas relações interpessoais, e contribui para que os objetivos sejam compreendidos por todos (Souza, 2018).

Gentilini e Scarlatto (2017) desenvolvem uma teoria de gestão baseada na racionalidade cultural e comunicativa, que incorpora pressupostos relacionados à gestão democrática. Nesse contexto, organizações consideradas democráticas são aquelas que permitem um grau razoável de participação e intervenção, garantindo uma comunicação acessível e transparente para que todos possam manifestar suas opiniões. Conforme Lacerda (2018), a comunicação representa um fator decisivo para o sucesso de organizações em diferentes setores da sociedade contemporânea, e a participação ativa dos docentes é fundamental para o funcionamento eficiente da escola. A comunicação organizacional assume importância ao promover maior interação entre os envolvidos.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Vargas (2018) destaca que a adoção de processos consensuais para a tomada de decisões, envolvendo os sujeitos, contribui para a prevenção de conflitos e resistências. Ainda segundo Lacerda (2018), uma comunicação clara e aberta dentro da escola influencia a compreensão das mudanças institucionais e o clima organizacional, sendo necessário fomentar um ambiente favorável à comunicação harmoniosa para que os objetivos educacionais sejam alcançados e que os profissionais se sintam engajados.

Melo e Formaggio (2021) apresentam o processo comunicativo como a sequência entre uma "fonte" e um "receptor", que resulta na transferência e compreensão do significado da mensagem. A comunicação efetiva depende do retorno do receptor, manifestado por meio da resposta, participação ou envolvimento em relação à mensagem recebida. Sob essa perspectiva, o processo comunicativo ultrapassa a linearidade tradicional de transmissão, envolvendo a participação ativa do receptor, no caso desta discussão, especificamente a família.

Assum, importa considerar que os significados podem ser reinterpretados ao longo do processo, influenciados pela subjetividade de cada indivíduo, seus padrões culturais e simbólicos, bem como experiências pessoais oriundas tanto do contexto externo quanto do ambiente interno da escola.

A ausência de comunicação inviabiliza a participação efetiva da família, que ocorre somente em espaços comunicativos nos quais as informações estejam disponíveis para o conhecimento e posicionamento dos envolvidos. Esses espaços favorecem o diálogo, a troca de ideias e a expressão de opiniões. Na escola, a comunicação facilita a integração dos membros que nela atuam, ao mesmo tempo em que informa sobre as atividades desenvolvidas, criando um sentimento de pertencimento.

Essa integração contribui para o fortalecimento das relações interpessoais, o êxito do trabalho em equipe e a eficiência das ações pedagógicas. Sandri (2018) ressalta que o conceito de comunicação vai além da mera transmissão de informações, caracterizando-se como o ato de tornar algo comum e compartilhar, processo essencial para a convivência social. Através da comunicação, os indivíduos estabelecem relações, trocam informações e experiências, e manifestam sentimentos.

Na contemporaneidade, os modelos e processos de comunicação no ambiente escolar se apresentam como elementos estruturantes para o funcionamento institucional, não apenas como meios técnicos de transmissão de informações, mas

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

como práticas socioculturais que moldam a organização escolar e influenciam diretamente sua capacidade de cumprir a função social que lhe é atribuída.

O conceito de comunicação escolar evoluiu significativamente, acompanhando as transformações tecnológicas, culturais e políticas que permeiam a sociedade. Hoje, não se trata apenas de estabelecer fluxos verticais e hierarquizados, mas de construir canais abertos, bidirecionais e participativos que reconheçam a diversidade de vozes presentes na comunidade escolar (Escola, 2021; Sartori, 2021).

Os modelos clássicos de comunicação, como o modelo linear proposto por Shannon e Weaver na década de 1940, ainda servem como referência para compreender as etapas de emissão, codificação, transmissão, recepção e decodificação de mensagens (Azevedo et al., 2024). Contudo, no contexto educacional atual, tais modelos são insuficientes para captar a complexidade das interações, pois não contemplam plenamente as dimensões culturais, subjetivas e relacionais que caracterizam o ambiente escolar. Assim, a abordagem interacional ou dialógica, inspirada em autores como Paulo Freire, ganha valor ao compreender a comunicação como um processo de construção conjunta de sentidos, no qual educadores, estudantes, famílias e demais agentes participam ativamente, trocando experiências e contribuindo para a formação de uma comunidade de aprendizagem (Gléria, 2022).

No Brasil, a importância da comunicação no ambiente escolar encontra respaldo em dispositivos legais e orientações normativas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece, entre outros princípios, a gestão democrática do ensino público, que pressupõe a participação efetiva da comunidade escolar nos processos decisórios (Brasil, 1996).

Essa participação só é viável mediante a existência de processos comunicativos claros, acessíveis e transparentes. Além disso, documentos como o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) mostram a necessidade de assegurar espaços de escuta e diálogo, garantindo que estudantes e suas famílias possam expressar demandas e colaborar para a construção de políticas pedagógicas adequadas às realidades locais (Brasil,1990; Brasil, 2014).

No plano prático, observa-se que a comunicação escolar contemporânea se apoia em uma multiplicidade de meios e linguagens. Os murais, circulares impressas e reuniões presenciais, embora ainda relevantes, dividem espaço com plataformas

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

digitais, aplicativos de mensagens instantâneas, redes sociais institucionais e ambientes virtuais de aprendizagem. Essas ferramentas ampliam a capacidade de alcance e de interação, permitindo uma comunicação mais ágil e contínua entre a escola e seus públicos.

Contudo, a adoção desses recursos exige uma reflexão crítica acerca da inclusão digital, da proteção de dados pessoais e da adequação linguística para públicos com diferentes níveis de letramento e acesso tecnológico. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) impõe parâmetros claros para o tratamento das informações no contexto escolar, ressaltando a necessidade de práticas comunicativas responsáveis (Brasil, 2018).

Outro aspecto fundamental é a adequação da comunicação aos diferentes grupos que compõem a comunidade escolar. Crianças, adolescentes, jovens e adultos demandam abordagens distintas, que considerem suas características cognitivas, sociais e culturais. No caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por exemplo, a comunicação precisa levar em conta as experiências de vida, as demandas de tempo e a valorização do conhecimento prévio desses estudantes, promovendo uma interlocução respeitosa e motivadora. Já no ensino fundamental e médio regulares, é essencial articular linguagens que dialoguem com a cultura juvenil contemporânea, marcada por forte presença de mídias digitais, sem perder de vista a função formativa e ética da escola (Timm, 2021).

O processo comunicativo escolar também se configura como estratégico para o gerenciamento de conflitos e para a promoção de um ambiente escolar saudável. A literatura sobre gestão escolar destaca que a clareza na comunicação, associada à escuta ativa, reduz resistências a mudanças e fortalece o sentimento de pertencimento. Nesse sentido, a comunicação não se limita a transmitir normas e decisões, mas deve criar condições para o diálogo sobre valores, objetivos e responsabilidades coletivas. A construção de um clima escolar positivo depende, em grande medida, de processos comunicativos que favoreçam a mediação de divergências e a negociação de soluções (Facó et al., 2021).

Além disso, a comunicação na escola contemporânea está intrinsecamente ligada ao trabalho pedagógico. O planejamento e a execução das atividades curriculares requerem alinhamento constante entre professores, coordenação pedagógica, direção e demais funcionários. Reuniões pedagógicas, conselhos de classe, grupos de estudo e formações continuadas são espaços comunicativos que

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

sustentam a qualidade do ensino e a coerência das ações institucionais (Facó et al., 2021). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também aponta para a importância da competência comunicativa, não apenas como conteúdo a ser ensinado aos estudantes, mas como prática efetiva entre os profissionais da educação (Brasil, 2018).

Assim, é importante reconhecer que os processos comunicativos no ambiente escolar, na contemporaneidade, enfrentam desafios que exigem atenção contínua. A sobrecarga informacional, a fragmentação dos canais de comunicação, o risco de disseminação de informações incorretas e a necessidade de garantir acessibilidade comunicacional para pessoas com deficiência são alguns dos pontos que demandam gestão atenta e estratégias específicas. A comunicação escolar efetiva, portanto, deve ser planejada, monitorada e avaliada de forma sistemática, articulando recursos tecnológicos e práticas presenciais, mantendo como foco a construção de relações de confiança e a promoção de uma cultura de participação e corresponsabilidade entre família e os sujeitos da escola.

2.3 Desafios e perspectivas contemporâneas para a comunicação família-escola

A educação, compreendida como elemento estruturante para o desenvolvimento social, ultrapassa os limites institucionais da escola e encontra na família um ponto de sustentação indispensável para que o processo formativo alcance seus objetivos. A interação entre os contextos escolar e familiar, cada um com funções e competências próprias, é essencial para garantir uma formação ampla e coerente do indivíduo (Nogueira; Resende, 2022). No ordenamento jurídico brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) define, em seu artigo 2º, que a educação é responsabilidade compartilhada entre família e Estado, o que implica a necessidade de cooperação constante entre esses dois âmbitos para que o desenvolvimento do estudante seja pleno (Brasil, 1996).

O núcleo familiar, como primeira instância de socialização, influencia diretamente a construção de valores, hábitos e condutas que se projetam sobre o desempenho escolar e a integração social do indivíduo. É nesse espaço que ocorrem as primeiras experiências de interação social e cognitiva, fundamentais para a adaptação ao ambiente escolar e para a consolidação das aprendizagens iniciais (Santana et al., 2024).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Em contrapartida, a escola, enquanto instituição formal de ensino, organiza e transmite o conhecimento científico e cultural acumulado, favorecendo a aquisição de competências específicas que orientam a atuação social e profissional. Nesse sentido, Libâneo (2013) observa que cabe à escola oferecer acesso sistemático a esse acervo de saberes, preparando o estudante para atuar de forma qualificada na vida social e no trabalho.

O estabelecimento de vínculos consistentes entre família e escola constitui um desafio persistente no cenário educacional contemporâneo. Essa relação demanda comunicação contínua, ações conjuntas e a compreensão mútua sobre os limites e as possibilidades de cada uma das partes. A atuação da escola não substitui a da família, mas complementa suas funções ao disponibilizar um espaço organizado para a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades específicas. No entanto, para que a parceria seja efetiva, é necessário superar práticas restritas ao comparecimento pontual em reuniões ou à verificação de desempenho escolar.

Paro (2007) defende que a adesão das famílias aos objetivos educativos da escola deve ocorrer mediante participação ativa nos processos decisórios, o que requer a abertura de espaços para que pais e responsáveis contribuam com a definição e acompanhamento das ações institucionais. Essa compreensão aponta para a necessidade de iniciativas que ampliem a interação e a corresponsabilidade entre os dois segmentos, favorecendo o acompanhamento contínuo da trajetória escolar e a construção de um projeto educativo compartilhado.

No cenário atual das relações entre família e escola no ensino fundamental e médio brasileiro, os dados analisados por Santana et al. (2024) comprovam um quadro heterogêneo e desafiador. Apesar de haver consenso quanto à relevância dessa parceria, sua concretização ainda enfrenta obstáculos consideráveis. A comunicação entre esses dois segmentos permanece, muitas vezes, permeada por expectativas divergentes e falhas no diálogo. Conforme apontam as autoras, as instituições de ensino frequentemente esperam uma participação mais ativa das famílias na vida escolar dos estudantes, o que nem sempre se concretiza.

Por sua vez, muitos responsáveis relatam não encontrar, por parte da escola, a receptividade e o acolhimento necessários para uma atuação efetiva. Esses aspectos foram confirmados pela pesquisa, na qual 67% dos educadores afirmaram enfrentar dificuldades para envolver as famílias nas atividades escolares, enquanto

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

58% dos pais declararam sentir-se intimidados ou pouco acolhidos no espaço escolar (Santana et al., 2024, p. 9).

O estudo de Moraes e Santos (2021) identificou que a parceria entre família e escola é indispensável para a efetividade do trabalho pedagógico, considerando que as aprendizagens adquiridas no ambiente familiar se complementam com as experiências formativas proporcionadas pela instituição escolar. A pesquisa, de caráter qualitativo e baseada em entrevistas semiestruturadas apontou que alcançar essa integração é um desafio influenciado por transformações socioculturais e por diferentes dificuldades vivenciadas por ambas as instituições ao longo do tempo. Constatou-se a necessidade de conscientização das famílias sobre sua participação no processo educativo, ao mesmo tempo em que as escolas devem revisar e adaptar suas práticas pedagógicas à realidade vivida pelos estudantes.

Os resultados de Moraes e Santos (2021) destacaram ainda que a aproximação entre os dois segmentos requer estratégias contínuas de interação e diálogo, como reuniões, participação em conselhos escolares e envolvimento em projetos interdisciplinares. Essas ações, quando efetivadas, contribuem para a permanência de crianças e adolescentes na escola e favorecem a motivação para um melhor desempenho acadêmico, fortalecendo o vínculo entre os atores envolvidos no processo educativo.

Com base no estudo de Fachinetti, Spinazola e Carneiro (2021), observa-se que a comunicação entre família e escola enfrenta barreiras significativas, sobretudo no que diz respeito à efetiva participação familiar no processo educativo. Em muitos casos, a responsabilidade pelo desenvolvimento e aprendizado das crianças é atribuída exclusivamente à escola, desconsiderando que a formação integral do aluno é um processo compartilhado, que se inicia no núcleo familiar. É nesse espaço doméstico que se estruturam as primeiras referências culturais e a leitura inicial de mundo, influenciando diretamente os interesses, valores e motivações da criança.

A ausência de engajamento da família pode contribuir para o insucesso escolar, uma vez que a falta de acompanhamento e estímulo em casa interfere no vínculo que o estudante estabelece com os estudos e com o ambiente escolar. O envolvimento familiar, além de apoiar o aprendizado, fortalece a confiança entre professor e aluno, criando condições mais favoráveis para que o docente compreenda e atenda às necessidades do educando. Assim, a parceria efetiva entre família e escola não deve

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

ser vista como uma atribuição complementar, mas como elemento estrutural para o desenvolvimento educacional (Fachinetti; Spinazola; Carneiro, 2021).

Dessa forma, Fachinetti, Spinazola e Carneiro (2021) enfatizam que a educação é um dever compartilhado, cuja eficácia depende da atuação conjunta e coordenada de ambos os lados. Quando família e escola mantêm um diálogo constante e se articulam de maneira colaborativa, o processo de formação da criança tende a ocorrer de forma mais harmônica e produtiva, evitando a fragmentação das responsabilidades e garantindo um suporte integral ao estudante.

3 MATERIAL E MÉTODO

De acordo com a orientação de Santos (2020), a metodologia de um trabalho acadêmico deve ser elaborada com base no objetivo geral e nos objetivos específicos, articulando-se às etapas previstas e aos resultados que se pretende atingir. A integração desses elementos possibilita a definição tanto das metas da investigação quanto dos métodos e estratégias a serem aplicados para alcançá-las. Conforme o autor, “parte-se do objetivo geral a ser alcançado e dos objetivos específicos, das etapas e dos produtos factíveis que, no conjunto, definam o que se quer alcançar e quais os métodos e estratégias que o executor utilizará” (Santos, 2020, p. 23).

Os objetivos estabelecidos para este artigo concentram-se em compreender e discutir os principais obstáculos presentes na comunicação entre famílias e instituições escolares, considerando aspectos como ruídos comunicacionais, desalinhamento de expectativas, dificuldades relacionadas ao uso de recursos tecnológicos e barreiras de ordem cultural. Buscou-se examinar as implicações desses entraves para o processo educativo, analisando de que maneira interferem na participação e no engajamento das famílias na vida escolar dos estudantes. Além disso, objetivou-se apresentar e fundamentar estratégias que possam contribuir para a melhoria dessa interação, tendo como referência práticas como a escuta ativa, o respeito às diversidades e a utilização adequada das tecnologias de comunicação.

Desta monta, esta pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa (Ramos; Mazalo, 2024), tendo como objetivo compreender e analisar as questões relacionadas à comunicação entre família e escola no cotidiano, a partir de diferentes

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

perspectivas presentes na literatura acadêmica. A escolha dessa abordagem se justificou pela possibilidade de explorar, de forma aprofundada, os aspectos sociais, culturais e institucionais que permeiam o tema, permitindo identificar padrões e compreender nuances que não seriam plenamente captadas por métodos quantitativos.

Quanto à classificação, tratou-se de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, uma vez que buscou reunir, organizar e interpretar informações existentes, estabelecendo conexões entre conceitos e apontando lacunas ou tendências nas publicações analisadas (Santana; Narciso; Fernandes, 2025). O método adotado foi a pesquisa bibliográfica, fundamental para a construção do referencial teórico e da discussão proposta, pois possibilitou o levantamento e a análise de estudos que já abordaram a temática, ampliando a compreensão das questões investigadas e situando o trabalho no estado atual do conhecimento (Santos, 2019).

De acordo com Santos (2019), é fundamental apresentar uma análise crítica durante a pesquisa bibliográfica, visto que essa etapa forma a base teórica do estudo. Além disso, ao realizar a revisão teórica do tema, torna-se viável identificar se a proposta de pesquisa já foi abordada anteriormente, em que nível de aprofundamento e por meio de quais perspectivas. Esse procedimento proporciona a “oportunidade de se diferenciar das demais pesquisas já realizadas, trabalhando a partir delas, colaborando um pouco mais no avanço dos entendimentos pertinentes ao tema” (Santos, 2019, p. 17).

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados amplamente reconhecidas pela comunidade acadêmica, incluindo Scielo, Periódicos CAPES e Redalyc. Para a seleção das publicações, foram utilizados descritores combinados de forma isolada ou associada, como “comunicação escolar”, “relação família-escola”, “parceria educativa”, “participação dos pais na escola” e “interação escola e comunidade”. As buscas foram delimitadas ao período de 2015 a 2025, priorizando textos em língua portuguesa e, quando pertinentes, estudos internacionais que oferecessem contribuições relevantes para a compreensão do tema. Entretanto, conceitos importantes, mesmo fora desse intervalo temporal, também foram incluídos na delimitação das buscas bibliográficas, devido à sua relevância para fundamentar a análise teórica e proporcionar um contexto mais amplo sobre os aspectos essenciais da comunicação entre família e escola.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Os dados obtidos nas publicações selecionadas foram analisados por meio de análise de conteúdo (Bardin, 2020), considerando categorias que emergiram da leitura e organização do material, tais como barreiras comunicacionais, estratégias de aproximação e impactos da comunicação na aprendizagem e no ambiente escolar. Conforme Bardin (2020), a análise de conteúdo compreende um conjunto de técnicas para examinar comunicações, com o propósito de, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos na descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores, sejam quantitativos ou não, que possibilitem inferir conhecimentos relacionados às condições de produção e recepção dessas mensagens, ou seja, às variáveis inferidas.

Assim, essa forma de análise permitiu examinar de maneira sistemática as informações, identificar convergências e divergências entre autores e auxiliar a elaboração de uma discussão sobre os desafios e as possibilidades de aprimoramento da comunicação entre família e escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste trabalho permitiu compreender que a comunicação entre família e escola constitui um elemento estruturante do processo educacional, sendo determinante para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Observou-se que, embora exista reconhecimento sobre a importância dessa relação, persistem desafios relacionados à ausência de canais claros de diálogo, à divergência de expectativas entre os atores envolvidos, às barreiras culturais e linguísticas e às limitações no uso das tecnologias de informação. Esses fatores podem fragilizar o acompanhamento escolar e reduzir as oportunidades de atuação conjunta em prol do aprendizado.

O estudo indica que a superação desses obstáculos exige ações sistemáticas voltadas para a criação de mecanismos de comunicação acessíveis e contínuos, que favoreçam o engajamento das famílias e permitam à escola compreender melhor o contexto de vida dos estudantes. A incorporação de práticas de escuta ativa e de estratégias que respeitem as especificidades socioculturais dos núcleos familiares mostrou-se essencial para fortalecer a confiança mútua e o compromisso compartilhado com a formação dos alunos. O uso planejado e criterioso das

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

tecnologias pode ampliar as possibilidades de interação, desde que seja acompanhado de orientação adequada para todos os envolvidos.

Com base no referencial discutido, recomenda-se que instituições escolares invistam em políticas internas de comunicação, estabeleçam rotinas de reuniões que incentivem a participação ativa das famílias e promovam formação continuada para profissionais da educação sobre gestão de relações interpessoais e mediação de conflitos. Tais medidas, ao integrarem ações pedagógicas e administrativas, podem contribuir para consolidar uma parceria mais efetiva entre família e escola, favorecendo um ambiente de cooperação capaz de apoiar o desenvolvimento dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. N.; SANTOS, P. B. Apontamentos historiográficos: a família no Brasil colônia. In: **XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 2017, Brasília. Anais [...] Brasília: ANPUH, 2017.

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

AZEVEDO, Celine Maria et al. A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO EFETIVA NA GESTÃO EDUCACIONAL. **ARACÊ**, v. 6, n. 3, p. 4973-4986, 2024.

BARDIN. L. **Análise de Conteúdo** (Edição Revista e Actualizada), de Laurence Bardin, Edições 70. Brasil, 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Brasília, DF, 2018.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. 1988 Online. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12 ago. 25.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996**. 1996 Online. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 11 ago. 25.

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Lei nº 13.709/18. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. (Vide Lei nº 14.950, de 2024). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

CAO, Daniela; CONCEIÇÃO, Ana Lúcia Paula. Narrativas de famílias homoafetivas: possibilidades e desafios no contexto escolar. **ARACÊ**, v. 7, n. 3, p. 14386-14404, 2025.

CARVALHO, Felipe Reis; DEUS, Rosane Oliveira. ANÁLISE JURÍDICA SOBRE A UNIÃO ESTÁVEL PUTATIVA NO BRASIL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 5, p. 4259-4277, 2024.

CHARLOT, B. Educação e Globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. **Sísifo**: Revista de Ciências da Educação, n. 4, p. 129-136, ou./dez. 2007.

CHARLOT, B. O ser humano é uma aventura: por uma antropopedagogia contemporânea. **Revista Internacional Educon**, São Cristovão, v. 4, n. 1, e23041001, jan./abr. 2023. https://doi.org/10.47764/e23041001

CURTY, Giselle Aparecida. **A Responsabilidade Civil na Decorrência da Dissolução do Casamento diante dos Princípios Constitucionais de Direito de Família**. Editora Dialética, 2024.

DIAS, E. A educação e a escola. Para que servem as escolas? **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 31, n. 120, e0231201, jul./set. 2023. https://doi.org/10.1590/S0104-40362023003101201

ESCOLA, Joaquim José Jacinto. Comunicação Educativa: perspectivas e desafios com a COVID-19. **Educação & Realidade**, v. 45, p. e109345, 2021.

FACHINETTI, Tamiris Aparecida; DE CÁSSIA SPINAZOLA, Cariza; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva no contexto da pandemia: relato dos desafios, experiências e expectativas. **Educação em Revista**, v. 22, n. 1, p. 151-166, 2021.

FACÓ, Lucileide Germano Bezerra et al. Gestão escolar democrática: desafios e perspectivas. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 3651-3671, 2021.

GENTIL, Plínio. FUNCIONALIDADE DA FAMÍLIA MARGINAL PARA A SOCIEDADE CAPITALISTA. In: **Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra**. 2024.

GENTILINI, João Augusto; SCARLATTO, Elaine Cristina. A relevância da racionalidade comunicativa para a gestão educacional. **Revista Exitus**, v. 3, n. 1, p. 47-59, 2017.

GLÉRIA, Ana Carolina Faria Coutinho. Interação social e o processo de construção de conhecimento: uma análise com base em três perspectivas: Freire, Vygotsky e Perret-Clermont. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 5, p. 246-255, 2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

GOUVEIA, Rita et al. Famílias, confinamento e vulnerabilidades: uma leitura a partir dos agregados domésticos. **Vidas Confinadas: famílias, quotidianos e vulnerabilidades sociais no início da pandemia COVID-19 em Portugal**, p. 171-208, 2022.

LACERDA, Dayse Mara Martins. **Comunicação interna como estratégia de gestão educacional: realidade de uma escola particular confessional de educação básica**. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional) - Universidade do Vale dos Sinos, 2018.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MACHADO, Márcia de Morais Nunes; SANTOS, Maria Pricila Miranda. O papel da tecnologia na transformação da educação contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 1, p. 1510-1521, 2024.

MAESIMA, Giovania Mitie; NEUMANN, Angélica Paula; WAGNER, Adriana. A transição para a coabitação em casais de adultos jovens. **Psico**, v. 55, n. 1, p. e41549-e41549, 2024.

MELO, Carmem Najara Sousa; FORMAGGIO, Filomena Maria. Influência da comunicação na rotatividade de pessoal nas organizações. **Bioenergia em Revista: Diálogos** (ISSN: 2236- 9171), v. 11, n. 2, 2021.

MORAES, Danrley Ferreira; SANTOS, Márcia Bianca Souza. A importância da parceria entre escola e família: desafios a enfrentar. **VII CONEDU-Conedu em Casa... Campina Grande: Realize Editora**, 2021.

MORCOVO, M. C. R. **Criando os filhos sozinha: a perspectivas feminina da família monoparental**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NOGUEIRA, Maria Alice; RESENDE, Tânia de Freitas. Relação família-escola no Brasil: um estado do conhecimento (1997-2011). **Educação: Teoria e Prática**, v. 32, n. 65, 2022.

PARO, V. H. **Qualidade do ensino**: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2007.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, 2010.

PINTO, Delma Pìres; REIS, Lilian Perdigão Caixêta. Das pedras nasce uma flor: o olhar dos profissionais da justiça sobre os filhos em família recomposta. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 35, n. 1, 2024.

RAMOS, Ramos Hilario; MAZALO, João Viriato. METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: passos para elaboração de artigos científicos. **Revista Nova Paideia** -Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, v. 6, n. 2, p. 137-155, 2024.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

REZENDE, Daniela Leandro. Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. **Pensamento Plural**, n. 17, p. 07-27, 2016.

SALZTRAGER, R. A desconstrução do conceito de família moderna: uma interlocução entre Ariès e Foucault. **Perspectivas em Diálogo**. Naviraí, v.5, n.10, p. 164-206, jul./dez. 2018.

SANDRI, Catia Simone Pinto. **Estratégias de comunicação organizacional e gestão de crise de imagem em instituição pública de ensino**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 2017.

SANTANA, Aline Canuto et al. O papel da família na educação: construindo pontes entre escola e lar. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 13, n. 2, p. e1010-e1010, 2024.

SANTANA, Aline Canuto; NARCISO, Rodi; FERNANDES, Allysson Barbosa. Explorando as metodologias científicas: tipos de pesquisa, abordagens e aplicações práticas. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, p. e13333-e13333, 2025.

SANTOS, Hercules Pimenta dos. **Roteiro para Elaboração de Projetos de Ação/Intervenção V. 2.0**. Academia.Edu, 2020. Disponível em https://ufmg.academia.edu/HerculesSantos. Acesso em 11 ago. 25.

SANTOS, Hercules Pimenta. **Quero entrar para um mestrado em uma universidade pública**: dicas e orientações sobre seus processos e a elaboração de projetos de pesquisa, ação ou intervenção. 2019. Disponível em https://ufmg.academia.edu/HerculesSantos. Acesso em 11 ago. 25.

SARTORI, Ademilde Silveira. Ecossistema educomunicativo: comunicação e aprendizagem em rede. **Revista Linhas**, v. 22, n. 48, p. 62-79, 2021.

SOUZA, Delca Rodrigues. **Comunicação interna**: a sua importância para os colaboradores com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de um clima positivo e favorável nas organizações. Pós-graduação em Gestão de Pessoas & Coaching - Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD), 2018.

TERUYA, M. T. A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas teóricas. In: **XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 12., 200, Caxambú. Anais [...] Caxambú: abep, 2000.

TESSARI, Rosilene Maria; FERNANDES, Cleonice Terezinha; CAMPOS, Maria. Prática Pedagógica e Mídias Digitais: um diálogo necessário na educação contemporânea. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 22, n. 1, p. 02-10, 2021.

TIMM, Camila. **O Leitor da Educação de Jovens e Adultos: A Construção de Novos Sentidos Para Suas Leituras de Vida**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. 2021.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

VARGAS, Rita de Cassia Souza. **A gestão em escolas multisseriadas: facetas da educação em outros contextos**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade La Salle, 2018.

VELADO, Irene. La persistencia del patriarcado. Análisis sociolegal sobre la desinstitucionalización de la familia nuclear patriarcal y la evolución de la opresión de las mujeres en el siglo XXI. **IgualdadES**, v. 3, n. 5, p. 427-459, 2021.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.